



Ata da Sessão Ordinária de Debates da Câmara Municipal de Itaberaba. Aos nove dias do mês de maio de dois mil e onze, reuniu-se à Câmara de Vereadores sob a presidência do vereador Ricardo de Jesus Pimentel de Sá, secretariado pelos vereadores Ildemar Brandão e Benedito Ballio, primeiro e segundo secretários, respectivamente. Solicitou ao primeiro secretário a chamada parlamentar, estando presentes todos os vereadores. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberta a Sessão. Em seguida foi feita a leitura da Ata da sessão anterior.

Pequeno Expediente: Processo n.º 128/2011 – Requerimento de autoria dos vereadores Benedito Ballio Prado e Ildemar Brandão. **Em discussão: O vereador Benedito Ballio** disse que é apenas uma informação do município para esclarecer de fato se existe ou não duplicidade na taxa de funcionamento e fiscalização em certos tipos de comércio em Itaberaba. **O vereador Ildemar Brandão** falou que foi recebida da Secretaria de Saúde a resposta a uma solicitação feita nesta Casa e essa documentação foi encaminhada ao gabinete dos vereadores, e fazendo vista à documentação teve a curiosidade de entender onde são depositadas as taxas e multas, e a destinação desses recursos. **Em votação** Aprovado por unanimidade. **Ofício n.º 179/2011 –** do Sr. Manoel Vaz Sampaio Neto, Ouvidor Geral do Município, encaminhando Projetos de Lei Legislativos n.ºs 01 e 02/2011 e Projeto de Lei n.º 010/2011, devidamente sancionados e Leis tombadas sob n.ºs 1.222 e 1.223, de 29 de abril de 2011 e 1.224 de 04 de maio de 2011. **Ofício circular 80/2011** do Sr. Fabrício Martinez, Coordenador do Meio Ambiente. **Ofício n.º 121/2011** da Sra. Maria José Santos Novais, Secretária Municipal de Saúde. **Ofício n.º 118/2011** do Sr. José Francisco Almeida Leal, Secretário Municipal de Fazenda. **Ofício Circular n.º 162/2011** do Sr. Valtemir Silva Sena, Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio. **Ofício n.º 0920/2011** do Dr. Marcos André Carneiro Silva, Procurador da República. **Ofício n.º 143/2011** do Ten Cel PM Gilmar Brandão Lobão, Comandante do 11.º BPM. **Ofício n.º 051/2011** do Sr. Luiz Alberto Hilarião da Silva, Diretor da APMI. **Telegrama** do Ministério da Saúde – informando liberação de recursos financeiros do FNS - Competência: Abril de 2011. **Em questão de ordem o vereador Benedito Ballio** informou que a alteração da Lei da Fila de Banco, solicitada pelo Secretário da Fazenda, já foi feita através de um projeto de sua autoria, e aprovada na Casa. **O Sr. Presidente** confirmou a vinda da diretoria da APMI, que administra a Santa Casa, para a Tribuna Livre da sessão do dia 23 de maio do corrente ano.

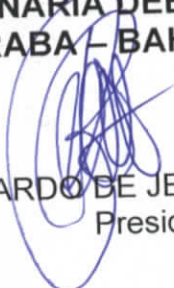
Comunicações de Liderança: Não houve oradores. **TRIBUNA LIVRE: O Sr. Presidente** convidou os professores Roberto Erseni e João de Deus para se fazerem presentes no plenário. **O Professor Roberto Erseni** saudou a todos e informou que a CNT estabeleceu uma semana de reflexão sobre o que aconteceu com o Piso Salarial, e disse que conforme foi citado pelo presidente da casa, em questão está o piso de julho de 2008; disse que houve muitas conquistas na educação, porém, as coisas vêm devagar, e aconteceu que naquela data foi promulgada a Lei, mas alguns governadores entraram na justiça e disseram que a Lei estava inconstitucional, e passaram-se três anos e o piso ficou parado; na semana passada o Supremo Tribunal julgou este recurso do governador e no dia seis de abril o Magistério de Educação Básica do Brasil comemorou uma vitória no julgamento da ação direta de inconstitucionalidade movidos pelo governador e considerados inimigos da educação, traidores da escola pública indo contra a Lei que regulamenta o piso salarial nacional da categoria com a votação de sete votos contra dois e disse que dessa forma cabe ao sindicato

de educação dar início às negociações com o gestor público para que se cumpra imediatamente a decisão do Supremo Tribunal Federal que não permite mais a inclusão de gratificações ou vantagens ao vencimento inicial através do Magistério; Informou que para uma carga horária de quarenta horas, o piso salarial é de mil cento e oitenta e sete reais e noventa e sete centavos, e a metade desse valor para a carga horária de vinte horas, e ninguém pode ganhar menos que isso; e na Bahia, todos os valores pagos são necessárias complementações; Disse que a CNT estará no dia onze de maio quando haverá uma paralisação com o Ministério da Educação para mais uma rodada de negociação; depois de 2008 não foi corrigido o valor do piso, que deveria ser no valor de mil quinhentos e noventa e sete reais; citou frases do Sr. Joaquim Barbosa, relator do processo, para reflexão da importância da valorização da educação; mencionou que nos países onde o nível de educação é mais elevado, são os países que melhor remuneraram os professores, que têm seus salários compatíveis com os de engenheiros e médicos, e que o Brasil ocupa uma das últimas posições; lembrou que deve haver um plano de cargo e salário, que esteve na gaveta de gestores passados e está a quase dois anos na gaveta do gestor atual. **O Sr. Presidente** registrou as presenças de alguns professores do município e estado. **O Sr. João de Deus Sousa Costa** saudou a todos e disse que tudo que envolve a educação é demorado e incômodo, e que o AC, que é o tempo disponível para que o professor possa se planejar e corrigir provas, levando trabalhos para casa sem ser remunerado é de grande importância, e serve para separar o joio do trigo, deveria ser de um terço da carga horária, porém, é apenas de quatro horas, correspondendo a apenas um quinto da carga horária, e o não reconhecimento desse direito mostrará quem são os verdadeiros inimigos da educação; Falou que esperam que a Itaberaba cumpra com suas obrigações constitucionais na educação, concedendo os direitos aos profissionais da educação como ampliação da carga horária, garantindo a educação pública com ensino de qualidade, ampliando a oferta de matrículas, pois Itaberaba possui apenas quatro escolas municipais que funcionam no turno noturno, garantindo o concurso público e oferecendo merenda digna aos estudantes, pois os recursos para merenda chegam mensalmente; A secretaria fechou algumas escolas alegando que não havia frequência de alunos, mas sem oferecer escolas e matrículas, não poderá haver frequência, e comentou que esse fechamento foi sem ouvir a comunidade e Itaberaba pode estar devolvendo mais de três milhões de reais, e citou um relato do TCM que dizia que o atual gestor deveria fazer retornar as quantias de duzentos e cinquenta e oito mil, cento e oitenta e um reais, e três milhões, cento e oitenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais às contas correntes do FUNDEF e FUNDEB respectivamente em vinte parcelas mensais, iguais e sucessivas a contar do trânsito em julgado do presente processo com recursos municipais com remessa de comprovação a essa corte de contas sob pena de responsabilidade de comprometimento de contas futuras; disse quem está pagando isso é o filho do pobre; finalizou alertando que em relação ao piso salarial, tem a proposta de 7%, mas há recursos disponíveis e desperdiçados e → o município não pagou sequer o piso salarial aos professores, e disse que não sabe quando chegará a esta casa a lei que garantirá a sua regulamentação e questionou o porquê de não respeitar o direito da população de escolher os diretores das escolas, com eleições diretas. **O vereador Benedito Ballio** saudou a todos e disse que os governadores que foram contra o piso e entraram com uma ação no STF foram os de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Ceará na gestão passada; informou que a Lei nº. 1042 de junho de 2004

autorizava o Poder executivo a repor perdas salariais dos professores e profissionais da educação; O menor salário por 20 horas para professor nível 1 ficou em trezentos e quarenta e oito reais, nível 2, trezentos e setenta e dois reais; nível superior 1, quatrocentos e cinquenta e quatro reais, nível 2, quatrocentos e oitenta e seis reais; professor pós graduado nível 1, quinhentos e cinquenta e quatro reais e nível 2, quinhentos e noventa e seis reais; Lembrou que o salário mínimo em 2004 era de duzentos e sessenta reais, e sendo assim, o salário base de um professor pós graduado, de 20 horas, era superior a dois salários mínimos, o que daria hoje para o professor pós graduado nível 1, o valor de mil, duzentos e quinze reais e para o pós graduado nível 2, mil duzentos e setenta reais; O menor salário para o professor nível 1 seria, nas bases de 2004, de setecentos e vinte e cinco reais por 20 horas; Questionou se, diante dos números apresentados, o sindicato vê como possibilidade chegar a esse piso básico sem gratificações com a prefeitura e o que foi feito até agora de negociação e conversa junto a secretaria de educação para que isso acontecesse; Quanto no diagnóstico do plano de carreira do PAA, após um trabalho exaustivo desde 2006 pelos professores e pelo pessoal da educação, ficou claro que já existe o Plano de Carreira com regras claras e objetivas, e alegou que esse plano nunca chegou na Câmara e questionou sobre o que o sindicato está fazendo para efetivação deste Plano de Carreira; **O Sr. João de Deus** disse que o piso chega a mil cento e oitenta e sete reais e não há dificuldades quanto a negociação, e comentou que mais que o piso, deve valorizar o salário mínimo, pois o piso é apenas uma referência, e não está difícil de resolver; quanto ao Plano de Carreira disse que há uma luta de mais de cinco anos cobrando a reformulação que agora é urgente por causa do piso, e disse que o sindicato não prioriza apenas a educação, mas outras áreas também. **O Sr. Roberto Erseni** disse que não é do sindicato, mas com relação ao plano de cargo e salário, fazia parte da comissão que começou em 2006 e terminou em 2007, e o último ano que ficou no conselho de educação a secretária enviou esse plano de cargo e salário para o prefeito e o plano, não se sabe como, sumiu, e depois se descobriu que estava na gaveta do gestor; falou que é triste o piso do estado, que tinha um salário superior ao piso e que depois, o aumento salarial foi um dos piores, e que agora não houve aumento de salário, apenas a inflação; Há coisas positivas neste governo federal, mas nada foi passado ao sindicato. **O vereador Alinaldo** saudou a todos e o assunto tratado é importante e precisa da atenção de todos os órgãos representativos da área da educação; questionou se o piso nacional será repassado também para os professores das escolas privadas da rede de ensino e que estes sofrem tanto quanto e as vezes até mais que os professores das escolas públicas; falou que não está longe de se alcançar o objetivo do valor correto do piso salarial; finalizou disponibilizando a Casa para ajudar no que for necessário para resolver os problemas na Educação. **O Sr. Roberto Erseni** informou que o piso é apenas para os servidores da escola pública, e concordou que a escola privada deveria receber o piso, e que os professores deveriam lutar para obter esse direito. **O vereador Zenildo Aragão** disse está correndo o risco de perder o semestre pela greve justa na busca de melhorias no salário dos professores; quanto à questão municipal foi informado pelo secretário Beto que já está acordado com o sindicato o retroativo do piso salarial do mês de janeiro e que o prefeito irá cumprir essa decisão; Mencionou a necessidade da melhoria da merenda escolar, e alegou que o município recebe apenas quarenta e quatro centavos ao mês por aluno na rede, e a contrapartida é do município; falou que tem visto o bom relacionamento entre o secretário de administração e o prefeito nas reivindicações do sindicato, que tem conquistado seu espaço;

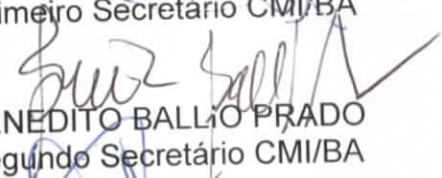
disse que o prefeito já demonstrou que tem compromisso com a educação e citou o rateio ocorrido no final do ano passado, que, embora seja direito dos professores, nunca havia sido pago; disse que cobrará o plano de cargos e salários do prefeito; comentou que uma das coisas que atrapalham o progresso município é quando um prefeito comprometido com a cidade administra bem a cidade, e no final de seu mandato entra outro que não dá continuidade ao seu trabalho, como já aconteceu por diversas vezes em Itaberaba. **O vereador José Antônio** saudou a todos e comentou que o presidente do sindicato afirmou que o plano de cargos e salários encontra-se engavetado pelo atual prefeito e sugeriu que o sindicato, tendo talvez uma cópia desse plano, envie a esta casa para que, através da comissão de educação, em conjunto com os demais pares e com o auxílio da assessoria jurídica, pudessem se debruçar sobre esse plano para que, em uma mesa discursiva, pudessem chegar a um compromisso com a categoria dos professores para levar ao preito o resultado dessa discussão, ao invés de uma conversa direta por parte do sindicato com o executivo, que geralmente deixa esta casa de fora. **A vereadora Maria Milza** saudou a todos e disse que o plano de cargo e salário é fundamental, pois o professor é o segundo pai para os alunos, devendo ser respeitado por todos, e se colocou a disposição para ajudar no que for necessário. **Considerações finais: O Sr. Roberto Erseni** agradeceu o espaço cedido e às disponibilizações de todos numa conversa franca sobre os problemas tratados; quanto ao plano de cargo e salário disse que tem a cópia e disse que foi uma ótima sugestão do vereador José Antônio; Solicitou que os vereadores se interessassem pelas eleições diretas dos diretores das escolas, pois isso faz parte da democracia. **O Sr. João de Deus** agradeceu a Casa e comentou que o debate foi produtivo e aproveitou o ensejo para dizer que cada um tem responsabilidade quanto a educação e que jamais deixará a câmara de lado, pois esta tem um papel fundamental e estará sempre cobrando apoio dessa Casa; Quanto a merenda de Itaberaba, disse os recursos são suficientes para melhorar a qualidade do que se oferece hoje e que o sindicato tem que contribuir para ajudar esta cidade. **O vereador Ildemar Brandão** concordou com José Antônio e disse que esta casa tem levantado questões das lutas do sindicato, e que se o sindicato tiver a maturidade de convidar o poder legislativo para ajudar nas negociações, o prefeito terá muito mais respeito pelo professor e pelo sindicato e se colocou inteiramente à disposição para buscar soluções e obtenções de direitos. **Em questão de ordem o vereador Benedito Ballio** informou que já existe a Lei para o piso nacional para a rede privada; informou que foi marcada a vista no TCM para o dia 16 de maio para analisar as contas do mês de março e parabenizou o CAPS por completar nove anos de existência; Alertou sobre a importância de o sindicato solicitar outra tribuna livre para tratar de assuntos tão importantes quanto estes. **O Sr. Presidente** disse que esta casa está aberta às reivindicações da população e das entidades de classe deste município e que esta tribuna foi importante para o entendimento de um assunto de grande relevância como o piso nacional dos servidores da educação e informou que está marcada uma paralisação para o dia onze de maio que visa a implantação do piso em todos os estados e municípios, e que esse piso não está sendo atendido apenas em Itaberaba, mas em vários municípios do país; Agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a ser tratado, deu por encerrada a Sessão de cujos trabalhos lavrou-se a presente ata, a qual, após lida será assinada pelos Vereadores presentes. Sala das Sessões, em 09 de maio de 2011.

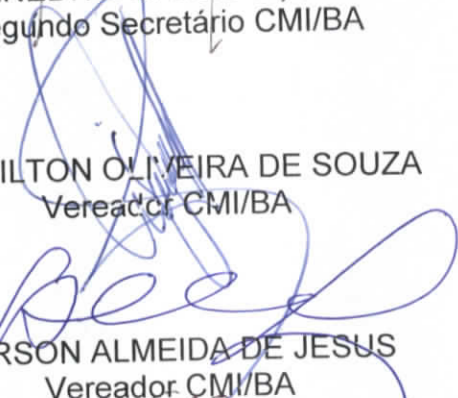
**LISTA DE PRESENÇA DOS SENHORES VEREADORES NA 21.^a
SESSÃO ORDINÁRIA DEBATES DA CÂMARA MUNICIPAL DE
ITABERABA - BAHIA, EM 09 DE MAIO DE 2011**

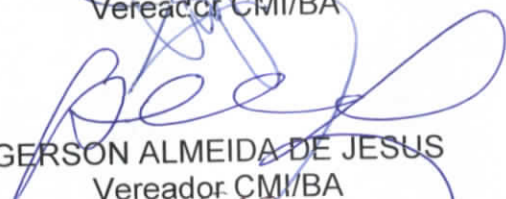

RICARDO DE JESUS PIMENTEL DE SÁ
Presidente CMI/BA

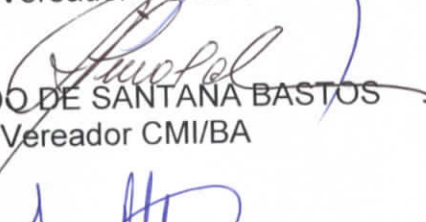

JOÃO BARBOSA DE ALMEIDA
Vice - Presidente CMI/BA

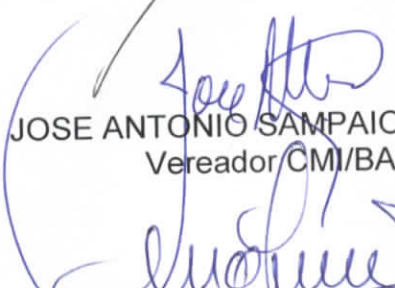

ILDEMAR BRANDÃO BRAZ
Primeiro Secretário CMI/BA

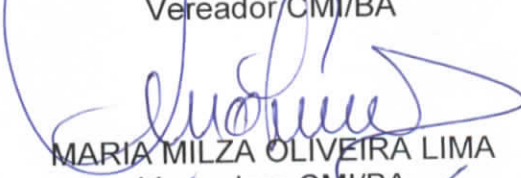

BENEDITO BALLIO PRADO
Segundo Secretário CMI/BA

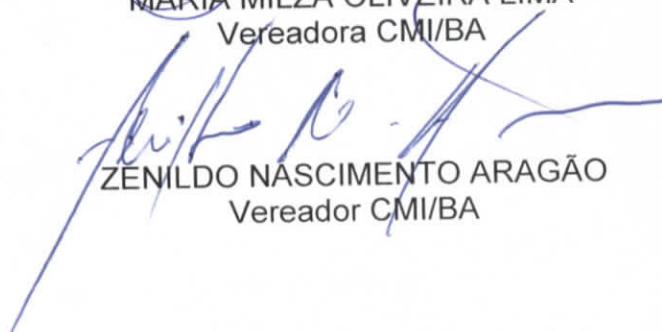

EVANILTON OLIVEIRA DE SOUZA
Vereador CMI/BA


GERSON ALMEIDA DE JESUS
Vereador CMI/BA


ALINALDO DE SANTANA BASTOS
Vereador CMI/BA


JOSE ANTONIO SAMPAIO GOMES
Vereador CMI/BA


MARIA MILZA OLIVEIRA LIMA
Vereadora CMI/BA


ZENILDO NASCIMENTO ARAGÃO
Vereador CMI/BA